



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 00923

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/440/2005 e na Deliberação CONSEMA 01/2006, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CJ DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

CNPJ: 07.450.031/0001-93

LOGRADOURO: RUA SAMUEL MORSE, Nº74 (CONJUNTO 102 E 103 - EDIFÍCIO IGARATÁ)

BAIRRO: MORUMBI

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

CEP: 04576-060

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL (PRODUÇÃO DE LISINA)

LOGRADOURO: ACESSO PELA ROD. GERALDO DE BARROS SP 304 (KM 176)

MUNICÍPIO(S): PIRACICABA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: INDÚSTRIA PARA FABRICAÇÃO DE LISINA COM CAPACIDADE DE 57.700 Ton/Ano

ÁREA TOTAL DO EMPREENDIMENTO: 987.110,00 m²

ÁREA CONSTRUÍDA: 44.750,00 m²

ÁREA DE ATIVIDADES AO AR LIVRE: 8.180,00 m²

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 01 (HUM) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data: 30/01/2006

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado

João Gabriel Bruno

Chefe de Gabinete

Decr. 30555/89 art. 24 - Inc. I



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/06

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 00923

Para continuidade do licenciamento ambiental junto a CETESB – Agência Ambiental de Piracicaba, além das exigências solicitadas pela citada Companhia, o interessado deverá atender mais as seguintes:

Para obtenção da Licença de Instalação:

1) Apresentar, para análise e aprovação junto ao IPHAN, projeto da prospecção arqueológica de sub-superfície na área diretamente afetada pelo empreendimento. Ressalte-se que a aprovação deste projeto pelo IPHAN, incluindo sua execução (anterior a qualquer intervenção na área para a implantação do empreendimento) e resultados, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Instalação;

2) O interessado deverá assinar um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a SMA/CPRN, e apresentar o recibo de depósito em Caderneta de Poupança referente ao Valor de Compensação Ambiental definido no TCCA, para atendimento ao artigo 36 da Lei Federal nº 9985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº 4340/02.

Valor estimado para a implantação do empreendimento: R\$ 220.000.000,00

Percentual do investimento destinado à Compensação Ambiental: 0,5%

Valor da Compensação Ambiental: R\$ 1.100.000,00

Os recursos financeiros serão aplicados da seguinte forma:

a) APA Corumbataí / Piracicaba perímetro 1 – R\$ 400.000,00

Destinado à elaboração do Plano de Manejo, com realização de diagnóstico da área para redefinição do perímetro da referida APA, bem como para elaboração dos programas que permitam a implementação do Plano de Manejo.

b) Parque Estadual Barreiro Rico – R\$ 700.000,00

Destinado à regularização fundiária (compra de área para o Parque).

c) Os valores da compensação foram indicados pela Câmara de Compensação Ambiental e poderão ser aprovados pelo CONSEMA.

3) Apresentar, para análise junto ao DEPRN, projeto do cinturão verde a ser implantado nos limites do empreendimento, em todo o perímetro da gleba. A aprovação deste projeto pelo DEPRN, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Operação;

4) Apresentar, para análise junto ao DEPRN, planta da gleba do empreendimento, em escala compatível à interpretação, destacando a faixa da Área de Preservação Permanente (APP) do rio Piracicaba, as instalações do parque industrial e as instalações de captação d'água e de lançamento de efluentes. Nesta planta, a APP não deverá abrigar qualquer instalação do parque industrial, e o ponto de lançamento de efluentes deverá ser locado a montante do ponto de captação d'água. A aprovação desta planta pelo DEPRN, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Instalação;

5) Atender as exigências estabelecidas no Parecer Técnico Florestal nº 32/05 emitido pelo DEPRN – E.T. de Campinas, transcritas a seguir:

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 02/06

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00923

"1 - Mensuração e demarcação em planta do limite da área de preservação permanente (APP), gerada na margem direita do Rio Piracicaba, considerando-se a largura de no mínimo 100 (cem) metros a partir da cota máxima de inundação, na área do imóvel, que deverá ser obtida através de estudos hidrológicos e hidráulicos.

2 - Mensuração e demarcação em planta da área destinada à implantação da tubulação para captação de água e lançamento de afluentes, contendo laudo técnico de caracterização da vegetação a ser suprimida.

3 - Solicitar junto ao DEPRN, autorização para intervenção em APP, para implantação da tubulação mencionada no item anterior, devidamente instruída quanto à inexistência de alternativa técnica e locacional, acompanhada com a devida outorga do DAEE.

4 - Apresentar projeto de revegetação da APP, mensurando-se e demarcando-se em planta, as áreas onde serão executados os plantios propriamente ditos e as áreas a serem enriquecidas, de acordo com a Resolução SMA nº 47, de 26/11/03 contendo informações sobre a quantidade/espécies a serem utilizadas, com o respectivo cronograma de implantação, que deverá ser constituída como área verde da propriedade, numa área não inferior a 20% da área total do imóvel.

OBS: Deverá ser observado pelo empreendedor que a edificação da indústria deverá ser efetivada respeitando-se a faixa de preservação permanente, isto é, 100 metros a partir da cota máxima de inundação do Rio Piracicaba, conforme solicitação elencada no item "1" acima".

A aprovação de todas essas exigências pelo DEPRN, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Instalação;

6) Apresentar, para análise junto ao DEPRN, Plano de Monitoramento da Fauna, incluindo o cronograma para sua execução. Este Plano deverá incluir levantamento de espécies e estudos da dinâmica populacional da fauna nos ecossistemas terrestre e aquático. Também deverá ser apresentado o resultado da 1ª campanha de campo, com a finalidade de avaliar, futuramente, alterações nas comunidades faunísticas da região sob influência do empreendimento. A aprovação deste plano pelo DEPRN, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Operação;

7) Apresentar, para análise junto ao DEPRN, Plano de Monitoramento da Vegetação, incluindo o cronograma para sua execução. Este Plano deverá incluir levantamentos florísticos e estudos fitossociológicos, com pontos de amostragem situados na área-objeto do Programa de Revegetação a ser executado pelo empreendedor. Este Plano também deverá incluir proposta de manejo dos fragmentos de vegetação nativa existentes na área de influência do empreendimento (combate ao efeito de borda, manejo de lianas e trepadeiras, etc), bem como visar à conectividade dos remanescentes de vegetação nativa. A aprovação deste plano pelo DEPRN, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Operação;

8) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, relatório de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas na gleba do empreendimento, por meio da análise de amostras coletadas na gleba. Os poços de coleta das amostras deverão ser instalados em malha, adequadamente distribuídos na área e abrangendo toda a sua extensão superficial. A locação dos poços deverá ser devidamente justificada, de modo a exprimir a atual situação da qualidade das águas subterrâneas em toda a gleba. No caso de constatação de parâmetros em desconformidade com os "Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo - 2005" (aprovados pela CETESB), o relatório deverá discorrer (...)

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 03/06

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00923

(...) Sobre as possíveis fontes dos parâmetros inconformes, bem como propor medidas de monitoramento e, caso seja necessário, medidas de remediação, devidamente justificadas. A aprovação deste relatório pela CETESB (anterior a qualquer intervenção na área para a implantação do empreendimento), é condicionante para a emissão da Licença de Instalação. Ressalte-se ainda, que a viabilidade do possível consumo humano de água subterrânea deverá ser vinculada à aprovação do referido relatório de monitoramento;

9) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), de acordo com a norma CETESB P4.261 – Manual de orientação para elaboração de estudos de análise de riscos. Ressalte-se que, para obtenção da Licença de Operação, o PGR deverá ser implantado no empreendimento;

10) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, Plano de Ação de Emergência (PAE), de acordo com norma CETESB P4.261 – Manual de orientação para elaboração de estudos de análise de riscos. Ressalte-se que, para obtenção da Licença de Operação, o PAE deverá ser implantado no empreendimento;

11) Apresentar, para análise junto à entidade responsável pelo sistema viário da região, projeto detalhado da(s) via(s) de acesso ao empreendimento, visando minimizar interferências com edificações próximas, bem como proporcionar tráfego seguro a veículos pesados. A entrega do projeto, bem como sua aprovação pela entidade responsável do sistema viário, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Instalação;

12) Atender o item c do Parecer Técnico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, transcrito a seguir: "O empreendedor deverá elaborar estudo de avaliação do impacto das cargas difusas geradas na área direta de implantação do empreendimento, decorrentes do seu funcionamento normal e das vias e áreas adjacentes, propondo as medidas necessárias de mitigação, que deverão ser implementadas pelo empreendedor". Este estudo deverá ser entregue junto a CETESB para a emissão da Licença de Instalação;

13) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, projeto da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE a ser instalada na unidade industrial, para receber os esgotos sanitários e os efluentes líquidos gerados no empreendimento, incluindo detalhamento do processo de tratamento e de sua eficiência. Ressalte-se que todos os elementos desta ETE (tais como: tanques, decantadores, caixa coletora, etc) deverão ser devidamente impermeabilizados;

14) Apresentar, para análise junto a CETESB, plano de monitoramento da eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE e dos efluentes líquidos nela tratados (anterior ao lançamento no rio Piracicaba), incluindo parâmetros, periodicidade e pontos de coleta adotados. A aprovação deste plano é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

15) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, projeto dos reservatórios do subproduto Líquido Fertilizante, incluindo sistema de impermeabilização e sistema de drenos testemunhos. Ressalte-se que os reservatórios deverão possuir cobertura;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 04/06

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00923

16) Apresentar, para análise junto a CETESB, plano de gerenciamento de todos os subprodutos gerados pelo empreendimento, contemplando os potenciais mercados consumidores e a sistemática para evitar um longo período de armazenamento na unidade industrial. A aprovação deste plano pela CETESB, bem como o registro dos subprodutos junto à(s) entidade(s) responsável(is) pela comercialização dos mesmos, são condicionantes para a emissão da Licença de Operação;

17) Apresentar, para análise junto a CETESB, plano de gerenciamento de todos os resíduos sólidos do empreendimento (inclusive o lodo da ETE), contemplando a respectiva disposição final. A aprovação deste plano é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

18) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, documento(s) a ser(em) emitido(s) pelo(s) responsável(is) para o recebimento e tratamento dos resíduos sólidos do empreendimento, bem como cópia das Licenças ambientais deste(s) responsável(is). Ressalte-se que essa atividade está sujeita a emissão de Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais – CADRI pela CETESB;

19) Apresentar, para análise junto a CETESB, plano de controle e monitoramento das emissões atmosféricas do empreendimento, incluindo parâmetros, periodicidade e pontos de coleta adotados. A aprovação deste plano é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

20) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, plano de monitoramento das águas subterrâneas, conforme a norma NBR 13895/97 – Construção de poços de monitoramento e amostragem – Procedimento (ABNT), incluindo parâmetros, periodicidade e pontos de coleta adotados. Ressalte-se que a localização dos poços de monitoramento, além de contemplar um adequado espaçamento entre os mesmos, deverá abranger a Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, a estocagem de substâncias diversas (incluindo matérias-primas, insumos, produtos e subprodutos) e a(s) área(s) de armazenamento de resíduos sólidos;

21) Apresentar, para análise junto a CETESB, projeto do sistema de drenagem superficial, incluindo elementos dissipadores de energia e a localização do(s) ponto(s) de lançamento das águas pluviais coletadas. Ressalte-se que, durante as obras de implantação do empreendimento, deverá ser executado um sistema provisório de drenagem superficial, de modo a evitar aportes de sedimentos ao rio Piracicaba. A aprovação deste projeto é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

22) Apresentar, para análise junto a CETESB, estudo da possibilidade de aproveitamento das águas pluviais precipitadas sobre a área do empreendimento, com o direcionamento destas ao tanque pulmão da Estação de Tratamento de Água – ETA, para tratamento e posterior utilização no empreendimento (conforme item d do Parecer Técnico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí). Caso exista possibilidade desta utilização das águas pluviais, as medidas necessárias para a sua viabilidade deverão ser tomadas, e comprovadas junto a CETESB, para a emissão da Licença de Operação;

23) Apresentar, para análise junto a CETESB, plano de monitoramento das águas superficiais do rio Piracicaba sob influência do empreendimento, incluindo parâmetros, periodicidade e pontos de coleta adotados. A aprovação deste plano é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 05/06

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00923

24) Apresentar, para análise junto a CETESB, sistema de controle de vazão das águas captadas pelo empreendimento, tanto superficiais como subterrâneas, bem como sistema de controle de vazão dos efluentes líquidos a serem lançados no rio Piracicaba. A aprovação destes sistemas é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

25) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, projeto das instalações para captação d'água e lançamento de efluentes líquidos no rio Piracicaba. Ressalte-se que o ponto de lançamento deverá ser locado a montante do ponto de captação no rio Piracicaba (conforme item e do Parecer Técnico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí);

Para obtenção da Licença de Operação:

26) Apresentar, junto a CETESB, outorga (de direito de uso ou interferência, conforme Resolução Conjunta SMA SERHS 1/05) para a captação d'água no rio Piracicaba e em poço profundo, bem como para o lançamento de efluentes líquidos tratados no rio Piracicaba, emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE. Ressalte-se que a outorga deverá contemplar a exigência anterior (item u), ou seja, o ponto de lançamento de efluentes a montante do ponto de captação d'água;

27) Atender o que segue, conforme item f do Parecer Técnico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: "... estude a viabilidade da implantação de estações automáticas para o monitoramento quali-quantitativo, a montante do empreendimento e a automatização das medidas de nível d'água do Posto Fluviométrico do DAEE, prefixo 4D-007 (Artemis), no rio Piracicaba, a jusante do empreendimento. Os equipamentos destes monitoramentos automáticos deverão ser instalados conforme as especificações dos órgãos outorgante e licenciador, e após, doados para aos mesmos". A aprovação deste estudo, tanto pelo DAEE como pela CETESB, é condicionante para a emissão da Licença de Operação;

28) Apresentar o que segue, conforme item g do Parecer Técnico do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí: "... proposta para contribuir financeiramente para a implementação de projetos ambientais, destacadamente sobre reflorestamento ciliar, regulamentação de áreas protegidas e Educação Ambiental, a serem definidos e implementados em articulação com as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ". A aprovação desta proposta, junto às Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, deverá ser comprovada junto a CETESB para a emissão da Licença de Operação;

29) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, estudo de autodepuração das águas do rio Piracicaba, no trecho sob influência direta do empreendimento;

30) Apresentar, para análise e aprovação junto a CETESB, plano de monitoramento do ecossistema aquático, incluindo levantamento da comunidade ictiofaunística e a caracterização físico-química e biológica da qualidade das águas do rio Piracicaba, no trecho de influência direta do empreendimento. Ressalte-se que os pontos de amostragem deverão ser determinados com base no estudo de autodepuração, contemplando pontos a montante e a jusante do lançamento de efluentes líquidos gerados pelo empreendimento;

31) Realizar amostragem em todas as fontes, independente da similaridade entre elas, para comprovar

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 06/06

PROCESSO SMA

Nº 13.600/2005

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 00923

As emissões estimadas por meio de amostragens em chaminés, com o devido acompanhamento da CETESB. Caso as emissões obtidas se mostrem insuficientes para o atendimento dos padrões de qualidade do ar ou acima das emissões previstas no estudo de dispersão atmosférica apresentado, medidas adicionais de controle poderão ser exigidas. Caso ocorram emissões odoríferas em desconformidade ao artigo 33 do Decreto Estadual nº 8468/76, a empresa deverá também adotar medidas adicionais de controle. Cabe ressaltar que o empreendimento encontra-se em município saturado por material particulado e parcialmente por ozônio e, portanto, caso a proposta de revisão do Decreto Estadual nº 48.523/04 de 02 de março de 2004, não esteja em vigor na fase da emissão da Licença de Operação, o empreendedor deverá apresentar uma proposta de compensação de suas emissões.

32) Apresentar, junto a CETESB, relatório contábil com a demonstração de todas as despesas efetivamente realizadas para a implantação do empreendimento.

Esse relatório contábil deverá ser exigido pela CETESB antes da emissão da Licença de Operação.

Caso o valor apresentado no relatório implique em complementação do valor recolhido como compensação, na fase da LI, o DAIA deverá providenciar que o empreendedor faça o depósito da complementação (calculada com o mesmo percentual definido anteriormente), antes da emissão da LO. Assim a CETESB sempre deverá encaminhar cópia dos relatórios contábeis que receber ao DAIA. A aprovação destes relatórios é condicionante para a emissão da Licença de Operação.

Conforme Deliberação Consema 01/2006 de 24.01.06 219ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema. Antes da emissão da LI pela CETESB, o DAIA deverá encaminhar ao Consema para ser analisada pela Comissão Especial de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias, parecer que ateste o cumprimento das exigências relacionadas com essa licença.

XX
XX
XX
X

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem